

**HABEAS CORPUS Nº 556.151 - SP (2020/0000659-8)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADA : MARIA VICTORIA DE BARROS CAMPOS - SP311426**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : ALTAMIR CAMPOS DE OLIVEIRA**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado contra acórdão assim relatado (fl. 17):

ALTAMIR CAMPOS DE OLIVEIRA foi absolvido da imputação de infração ao artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, nos termos do artigo 71, do Código Penal.

Irresignada apela a Justiça pretendendo a condenação nos termos da denúncia.

Foi contrariado o reclamo (fls. 370/375).

A Procuradoria de Justiça manifesta-se pelo provimento do recurso ministerial.

É o relatório.

O paciente foi absolvido da imputação de infração ao artigo 1º, inciso II, da Lei 8.137/90, nos termos do artigo 71, do Código Penal.

Em sede de apelação, por maioria, vencido o relator, o Tribunal de Justiça deu provimento ao recurso ministerial, em maior extensão, para condenar o paciente, como incurso no artigo 1º, inciso II, c.c. o artigo 71, do Código Penal, às penas de 04 anos de reclusão e 19 dias-multa, de valor unitário mínimo, acompanhando, no mais, o relator sorteado, inclusive quanto à substituição prevista no artigo 44, do Código Penal, por duas restritivas de direitos, e à fixação do regime prisional aberto.

A impetrante requer que seja concedida a ordem, afastando-se a causa de aumento de pena prevista no art. 12, I, da Lei 8.137/90, reduzindo-se a pena, sob a alegação de que o valor extraviado não se revela vultoso a ponto de agravar a reprimenda.

Sem pedido liminar.

Prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento da impetração.

É o relatório.

**DECIDO.**

Sobre a dosimetria da pena, extrai-se do voto vencedor (fl. 23):

# Superior Tribunal de Justiça

Com a máxima vênia, nada obstante os argumentos deduzidos pelo eminente relator sorteado, Desembargador Damião Cogan, dele divirjo para, também acolhendo o recurso ministerial, fixar a pena-base de um dos crimes em um terço acima do piso, ou seja, em dois anos e oito meses de reclusão e treze dias-multa, de unidade no piso, considerando-se o elevado prejuízo causado à coletividade, ante o montante expressivo que o réu deixou de recolher aos cofres públicos (R\$ 103.037,10 nos anos de 2001 e 2002) e que, ao menos em parte, seria destinada a serviços públicos essenciais (educação, saúde, segurança etc.). Na sequência, levando-se em conta o número de infrações cometidas em continuidade (treze), as reprimendas são majoradas de metade e totalizam quatro anos de reclusão e dezenove dias-multa, de unidade mínima.

Em sede de embargos infringentes, a Corte *a quo* teceu as seguintes considerações (fl. 30):

E nesse passo, revela-se inócua a objeção da Defesa em relação ao artigo 12, § 1º, da Lei nº 8.137/90, porquanto a hipótese prevista pela norma sequer foi reconhecida ou invocada para determinar o incremento punitivo a título de agravante.

Da leitura dos excertos, conclui-se que não tem cabimento a discussão sobre a a causa de aumento de pena prevista no art. 12, I, da Lei 8.137/90, que nem sequer foi aplicada, resultando na falta de interesse de agir do paciente, razão pela qual, com o parecer ministerial, a impetração não merece conhecimento.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator